



Candidatos assinam compromisso de não elevar carga tributária

Os candidatos ao governo de Santa Catarina com representação na Assembleia Legislativa assinaram um documento em que firmaram com os industriais catarinenses o compromisso, caso eleitos, de não aumentar a carga tributária no próximo mandato. Três candidatos a governador participaram do evento de apresentação de propostas realizado pela Federação das Indústrias de SC (FIESC), nesta sexta-feira (18): Jorginho Mello, Ralf Zimmer e João Rodrigues. Para o presidente da FIESC, Gilberto Seleme, o

não aumento da carga tributária estadual é um compromisso inegociável para a indústria.

"A gestão fiscal responsável e previsível é condição indispensável para preservar um ambiente de negócios competitivo e atrativo no nosso estado. Também entregamos aos candidatos 89 propostas prioritárias divididas em dez áreas. São medidas voltadas a ampliar a produtividade, estimular a inovação, fortalecer a segurança jurídica e melhorar a qualidade de vida da população", afirmou.

Crise do Agro

O deputado federal Pezenti (MDB) reagiu neste sábado, 19, à declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que afirmou durante ato de campanha em Florianópolis que, diante dos recursos destinados pelo governo federal à agricultura, o agronegócio deveria "não só votar, mas se ajoelhar" para ele.

Em vídeo publicado nas redes sociais, Pezenti rebateu a afirmação e afirmou que, na realidade, muitos agricultores catarinenses já estão "de joelhos" diante das dificuldades enfrentadas para manter a produção.

"Se ajoelhar, Lula? O agricultor já está de joelhos faz tempo. Desde que tu assumiu o governo", afirmou

Foto: Câmara dos Deputados/Divulgação



o deputado.

Pezenti usou como exemplo os problemas relacionados à subvenção do seguro rural e a dificuldade dos agricultores em conseguir dinheiro através do Pronaf.

Parceria

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) deu um novo passo na aproximação entre ciência e mercado ao assinar um acordo inédito de pesquisa, desenvolvimento e inovação com a ARK Bio Solutions. A parceria permite à Universidade receber participação societária na empresa como contrapartida pelo apoio ao desenvolvimento de tecnologias. O acordo foi firmado no Gabinete da Reitoria pelo reitor Amir Antônio Martins de Oliveira Júnior e pelo diretor financeiro e operacional da ARK, Leonardo Borges Santos Caiado. Também participou do ato o secretário de Inovação e Relacionamento Externo (Sinova), Ronaldo David Viana Barbosa.

Renegociação

O Mutirão de Renegociação de Dívidas promovido pelo Procon Municipal de Florianópolis encerrou as atividades com um resultado expressivo: aproximadamente R\$ 15 milhões em dívidas foram renegociados. Durante os quatro dias de evento, cerca de mil atendimentos foram realizados.

O mutirão reuniu instituições financeiras e prestadores de serviços com o objetivo de oferecer aos consumidores condições especiais para reorganizar suas finanças e buscar soluções para débitos em atraso. A média aproximada de valores renegociados por atendimento foi de R\$ 15 mil.

Candidatos confirmados

Após a conclusão dos julgamentos de registros de candidaturas pelo Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) na última semana, o número de candidatos no estado aptos a concorrer foi consolidado e a lista divulgada. São 688 candidaturas nas Eleições 2026. Todos os candidatos e candidatas constarão nas mais de 17,5 mil urnas eletrônicas de Santa Catarina.

No total, foram julgados 700 processos individuais de Requerimento de Registro de Candidatura (RRC). Destes, 666 foram deferidos e 22 ainda dependem de julgamento ou de recurso (candidaturas em sub judice), totalizando 688 candidaturas presentes na urna em 4 de outubro (95,14%) e que aparecem no portal como 'Concorrendo'. Já 12 candidaturas constam como 'Inapto' e não serão opção de voto nas urnas eletrônicas.

Desinformação

O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) julgou a Representação proposta pela Coligação Santa Catarina Acima de Tudo (MDB/PSD/Federação UNIÃO PROGRESSISTA) contra o candidato Jorginho Mello (PL), e por maioria de votos, deu parcial provimento para reconhecer a prática de desinformação na divulgação de uma pesquisa eleitoral. A decisão reformou o entendimento inicial e aplicou a multa prevista de R\$5 mil, além de determinar a remoção do conteúdo publicado.

A divergência foi aberta pela desembargadora eleitoral Luíza César Portela (designada relatora do acórdão), após pedido de vista. O Tribunal concluiu que, embora a pesquisa estivesse devidamente registrada e válida junto à Justiça Eleitoral, a publicação veiculada promoveu um rearranjo artificial e descontextualizado dos dados. A peça publicitária omitiu os percentuais de eleitores indecisos, brancos e nulos para concentrar o incremento numérico exclusivamente na candidatura representada.